

SOCIOLOGIA NA ARENA: CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO E A CONTRARREFORMA NO CEARÁ

Levy Barbosa Ferreira ¹
Danyelle Nilin Gonçalves ²
Isabela Torres Carneiro ³

RESUMO

O presente trabalho investiga as tensões curriculares no ensino de Ciências Sociais no Ensino Médio do Ceará, intensificadas pela Reforma da Lei nº 13.415/2017. Adotando a perspectiva de Bourdieu sobre o campo educacional como um espaço de disputa, o estudo analisa o embate entre visões progressistas e conservadoras/liberais, bem como o resultado dessas disputas nos materiais didáticos e no currículo. A pesquisa explora como a indefinição da Sociologia na BNCC se manifesta no contexto cearense, que demonstra resistência à reforma por meio do Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC). A análise de documentos curriculares e materiais didáticos revela uma possível diluição de conceitos, categorias e temas sociológicos nos livros do PNLD 2021, e enfatiza a produção de materiais complementares pela SEDUC como um ponto positivo. A conclusão enfatiza a natureza dinâmica e conflituosa do campo, ressaltando a importância da atuação de professores e pesquisadores da rede estadual em preservar o lugar da Sociologia no currículo cearense diante da Reforma do Ensino Médio.

Palavras-chave: Ensino de sociologia, Currículo, Material didático e Reforma do Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa as disputas em torno do ensino de Ciências Sociais no currículo do Ensino Médio, desencadeadas pela Reforma da Lei nº 13.415/2017, em um contexto de intensos debates e questionamentos sobre o Ensino de Sociologia. A investigação explora o campo do ensino de Ciências Sociais (Bourdieu, 2001) como um espaço de disputa entre diversos atores e agências, onde diferentes formas de capital - cultural, social e simbólico - estão em jogo.

De um lado, identificam-se setores progressistas, representados principalmente por professores da Educação Básica e pesquisadores da área, que defendem uma formação crítica, que buscam consolidar a autonomia e a importância epistemológica da disciplina. De outro,

¹ Mestrando do Curso de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO – UFC) da Universidade Federal do Ceará - UFC, Bolsista CAPES, homem, pardo, residente em Fortaleza - CE levybarbosa262@gmail.com;

² Mestranda em Sociologia pelo programa de pós-graduação profissional de Sociologia em rede nacional (PROFSOCIO – UFC), Bolsista CAPES, mulher, branca, residente em Fortaleza - CE, isabelatorres.profsocioufc@gmail.com;

³ Doutora em Sociologia – Universidade Federal do Ceará, UFC, professora associada da Universidade Federal do Ceará, mulher, branca, residente em Eusébio - CE danynilin@yahoo.com.br;

setores conservadores e liberais, representados por instituições privadas e em setores da sociedade com visões mercadológicas sobre o papel da educação, e que buscam exercer influência sobre a definição e o espaço das Ciências Sociais no currículo da Educação Básica, na melhor das hipóteses, priorizando conteúdos considerados para a formação cidadã.

Não obstante, a incorporação da Sociologia no currículo da Educação Básica revela um percurso instável, marcado por avanços, retrocessos e rearranjos ao longo do tempo. Após tentativas embrionárias de introdução curricular, a disciplina experimentou períodos de obrigatoriedade no ensino secundário e superior, marcados por desafios na definição de parâmetros pedagógicos e influências ideológicas.

A subsequente supressão da obrigatoriedade em 1942 e seu retorno como componente optativo restringiram sua presença, concentrando-a na formação docente (Bodart e Feijó, 2020). Essa trajetória histórica de instabilidade contribuiu para a fragilidade do campo e para a intensificação da disputa em momentos de mudanças curriculares

A promulgação da Lei nº 11.684/2008 representou um marco na institucionalização da Sociologia no Ensino Médio, embora debates prévios desde a LDB de 1996 e as diretrizes do CNE tenham sido cruciais. Pois, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias:

Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. (BRASIL, 2008)

Contudo, a promulgação da Lei nº 13.415/2017, ao integrar a Sociologia na área de Ciências Humanas da BNCC sem especificidades curriculares, reacende discussões sobre a sua autonomia disciplinar e suscita preocupações quanto à sua carga horária e formação docente no contexto da reestruturação do Ensino Médio:

A BNCC abre lacunas para incertezas que impactam sobremaneira a forma e a presença da Sociologia – e também as demais disciplinas escolares no currículo, isso por não apresentar nominalmente os componentes curriculares (com exceção de Língua Portuguesa e Matemática), mas apenas a áreas de conhecimento, aspecto gestado nas diretrizes curriculares, pós LDB (1996). Sendo, atualmente, a principal referência curricular para o Ensino Médio brasileiro, importa compreender o papel e lugar do ensino da Sociologia no documento. (BODART e FEIJÓ, 2020).

A ausência de especificidade na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no Ensino Médio, particularmente em relação à autonomia e à carga horária da sociologia, abre um espaço significativo para que diferentes atores, imbuídos de distintos *habitus* (Bourdieu, 2001), busquem influenciar a implementação do currículo. Essa indefinição permite que visões contrastantes sobre o que deve ser ensinado, com qual profundidade e com quais objetivos pedagógicos venham à tona.

A presente análise busca compreender como essa disputa se manifesta hoje à luz da reforma do Novíssimo Ensino Médio no contexto específico das escolas públicas do Estado do Ceará, um estado que tem implementado as novas diretrizes curriculares com certa resistência, como evidenciado no Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC). Para tanto, a pesquisa se concentrará na análise dos materiais didáticos utilizados nesse contexto, incluindo o livro de sociologia distribuído pelo PNLD 2021, os Componentes Curriculares Eletivos ofertados e a própria organização da disciplina de Sociologia na Formação Geral Básica no currículo cearense.

Segundo Lima e Lopes (2021), os redatores do Documento Curricular Referencial do Ceará – DCRC definem como resistência a atitude de considerar os currículos estaduais existentes, trazendo conceitos e sobretudo temas que foram retirados na versão oficial do currículo nacional e de demarcar as possíveis contribuições de cada disciplina. Nesse sentido, pode-se compreender que o currículo de sociologia aplicado nas escolas públicas no estado do Ceará passou pela tentativa de ser mantido em sala de aula ao considerar currículos anteriores.

Há indícios de um posicionamento político nas diretrizes do Ceará que vincula o ensino da Sociologia à ideia de cidadania, através não apenas da instrumentalização teórico-metodológico e conceitual, mas por meio do ensino de valores. Isso fica explícito quando observamos que não há praticamente menção alguma a qualquer teoria ou autor próprio das Ciências Sociais, apenas breves citações dos clássicos Marx, Weber e Durkheim, mas mantendo o mínimo possível da disciplina.

OBJETOS ESPECÍFICOS	Leitura e interpretação de Fontes Várias:			
	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	FILOSOFIA	SOCIOLOGIA
	Compreensão do conhecimento histórico enquanto produção do saber socialmente construído, apresentando as ferramentas próprias para a realização da operação historiográfica.	Análise e compreensão dos processos ligados ao saber geográfico em seus diversos aspectos naturais e humanos com base na sistematização, interpretação e análise de dados e apoio de novas tecnologias.	Estudo das teorias metafísicas e da ideia de verdade em Platão, Aristóteles, Agostinho e São Tomás de Aquino, identificando suas influências no surgimento de diversos saberes (ética, a política, ciência, etc.) na antiguidade, no medievo e na modernidade.	Estudos e reflexões para entendimento da Sociologia como uma ciência dinâmica, prática e reflexiva sobre as questões sociais, possibilitando a compreensão sobre as diferenças entre os conceitos de senso comum e de conhecimento sociológico, assim como seu objeto de estudo, distinguindo os dois métodos clássicos de pensar a realidade social através da Sociologia clássica: a abordagem positivista e a abordagem dialética;

278

	Discussão do fato histórico a partir de dados estatísticos, permitindo a construção de modelos gráficos explicativos e de verificabilidade da pesquisa histórica nos diversos tempos e espaços.	Compreensão e interpretação dos processos naturais e ambientais, a dinâmica terrestre e sua evolução, a partir da análise de mapas, gráficos, imagens e documentos elaborados a partir da investigação científica, das novas tecnologias, propondo hipóteses e solucionando problemas.	Compreensão da ciência, sua história (antiguidade, medievo, modernidade e contemporaneidade), diferença de outros modos de pensar, o método, a investigação científica e as novas reflexões da Filosofia da ciência, como a de Karl Popper, Thomas Kuhn e Paul Feyerabend, a diferença entre ciência, arte e filosofia em Deleuze e outros.	Interpretação e análise dos fundamentos teóricos dos primeiros pensadores da Sociologia, distinguindo suas principais teorias e conceitos básicos: Durkheim (Teoria da Integração), Weber (Teoria da Ação Social), Marx (Teoria da Acumulação).
--	---	--	---	---

Fonte: Ceará

A escolha do Ceará se justifica pelo fato de atuar como professor na rede pública estadual em duas escolas, uma localizada na capital e outra localizada no campo, ministrando a disciplina Sociologia na Formação Geral Básica e disciplina com afinidade com a sociologia nos Itinerários Formativos. Através da análise de conteúdo desses materiais, busca-se identificar as diferentes ênfases, ausências e abordagens que revelam as influências dos diversos atores na conformação do currículo de Ciências Sociais.

Nesse contexto, observa-se que a Reforma do Ensino Médio não apenas reconfigura a estrutura curricular e a organização da carga horária, mas também redefine o papel das disciplinas na formação dos sujeitos. A redução da obrigatoriedade de componentes como a Sociologia a um lugar genérico dentro da área de Ciências Humanas promove uma fragmentação do conhecimento, dificultando a construção de uma perspectiva crítica e integrada da realidade social. Essa mudança não é neutra: revela intencionalidades políticas e ideológicas que privilegiam uma formação técnica e instrumental em detrimento da formação humanística, enfraquecendo a capacidade reflexiva dos estudantes e restringindo o horizonte democrático da educação pública.

Além disso, os Itinerários Formativos, novo elemento da reforma, têm sido apropriados de formas diversas pelos estados, secretarias de educação e redes escolares, muitas vezes orientados por interesses alheios às necessidades reais dos estudantes e dos territórios – do chão de sala. No Ceará, o Documento Curricular Referencial buscou preservar

certos princípios formativos criticando a minimização das disciplinas de Ciências Humanas e Sociais:

A última e atual (2017) versão, que veio alinhada à Reforma do Ensino Médio, minimiza o uso do termo objetivos de aprendizagem em prol dos termos competências e habilidades. Junto a isso, segundo a lei da reforma, somente a língua portuguesa e a matemática (Art. 35-A, § 3º, LDB) são obrigatórias em todas as séries do Ensino Médio, ficando as outras passíveis de serem excluídas em algum dos anos dessa etapa da Educação Básica. Ora, ao mesmo tempo que consideramos a importância do termo para a construção de uma proposta de educação, o foco nas competências e habilidades, como traz a última versão da BNCC, abre espaço para que um viés utilitarista dos conhecimentos que, em tese, abre espaço para uma tentativa de minimização da importância das ciências humanas, com o argumento de que o mais útil seriam os saberes úteis para a formação de um trabalhador eficiente, criativo e empreendedor. (CEARÁ, 2021)

Além disso, observa-se que a implementação prática dos Itinerários sofre com a ausência de infraestrutura, formação docente específica e clareza quanto aos objetivos pedagógicos. Sociologia, nesse cenário, é frequentemente deslocada para componentes eletivos que perdem o vínculo com a sistematicidade do conhecimento científico, sendo tratada como uma mera "temática" ou "contextualização" das chamadas competências socioemocionais.

Além disso, a nova lei do Ensino Médio, ao determinar a existências dos itinerários formativos, entre eles a formação profissional e a possibilidade da contratação de instituições privadas e professores com notório saber, reforça a ideia de que as 225 mudanças propostas na lei do Novo Ensino Médio e na terceira versão da BNCC trazem para a educação brasileira uma perda na formação integral do aprendente, já que se abre a possibilidade dele não ter acesso aos conhecimentos como almejado nas duas primeiras versões. (CEARÁ, 2021)

Por fim, a atuação docente nesse novo arranjo exige uma postura crítica e propositiva, capaz de tensionar os limites impostos pelas reformas e reinventar práticas pedagógicas que reafirmem a centralidade do pensamento sociológico na formação dos estudantes. É nesse ponto que o professor deixa de ser apenas executor de um currículo prescrito e se posiciona como agente intelectual (Giroux, 1997), capaz de articular (teoria e prática) às vivências escolares e aos desafios sociais contemporâneos. Ao analisar os materiais didáticos, os

programas dos componentes eletivos e as experiências de sala de aula, este trabalho busca não apenas compreender os efeitos da contrarreforma no Ceará, mas também apontar possibilidades de resistência e reinvenção da Sociologia escolar no campo da Educação Básica:

A contrarreforma do NEM, rompe com a formação de base ao promover o fatiamento do currículo em itinerários formativos e substituir conhecimentos científicos por propostas formativas articuladas com o atendimento do setor produtivo, as quais, fundamentadas na lógica da responsabilização e da meritocracia (Projeto de Vida, Educação Financeira, Empreendedorismo, Competências Socioemocionais, etc.), produzem e reproduzem a racionalidade do neoliberalismo normalizando as condições de precarização e exploração do trabalho. (JAKIMIU e CARDOSO, 2024).

ITENS DA CAPA DO TRABALHO COMPLETO

Levy Barbosa Ferreira

IX ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

GT 15: O ENSINO DE SOCIOLOGIA NAS DIVERSAS MODALIDADES DE ENSINO E AS
POLÍTICAS CURRICULARES NO BRASIL

SOCIOLOGIA NA ARENA: CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO E A CONTRARREFORMA NO
CEARÁ

São Paulo, São Paulo

2025

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Esta investigação adota uma abordagem qualitativa de natureza exploratória e descritiva, fundamentada nos pressupostos teórico-metodológicos da teoria dos campos

sociais desenvolvida por Bourdieu (2001), aplicada ao campo do ensino de Ciências Sociais. A pesquisa tem por objetivo analisar as disputas simbólicas, políticas e epistemológicas em torno do currículo da disciplina de Sociologia no Ensino Médio, especialmente no contexto das reformas educacionais desencadeadas a partir da promulgação da Lei nº 13.415/2017. Parte-se do pressuposto de que o currículo não é uma instância neutra, mas sim um espaço de lutas entre diferentes agentes sociais dotados de capitais distintos (cultural, simbólico, social e econômico), que buscam consolidar suas posições e impor suas visões legítimas sobre o que deve ser ensinado na escola (APPLE, 2006; YOUNG, 2011).

A pesquisa se concentra no contexto das escolas públicas do Estado do Ceará, assumido como recorte empírico estratégico devido à sua importância no cenário nacional de formulação e implementação de políticas educacionais, bem como pela atuação direta do pesquisador como docente da rede estadual. A escolha por esse contexto se justifica tanto pelo acesso privilegiado aos materiais pedagógicos e documentos curriculares quanto pela possibilidade de uma análise situada, que considere as particularidades territoriais, institucionais e políticas que condicionam a recepção e execução da reforma do Ensino Médio nesse estado.

A metodologia consiste em uma análise documental sistemática, com base em uma amostra deliberada de materiais considerados centrais para a compreensão das diretrizes curriculares em vigor. Os documentos analisados incluem: (a) o Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC), que representa a tradução local da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); (b) o livro didático de Sociologia aprovado no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2021, utilizado na Formação Geral Básica; (c) o Catálogo dos Componentes Curriculares Eletivos, que integra os Itinerários Formativos e reflete as possibilidades de inserção da Sociologia em outros arranjos curriculares; e (d) a própria estrutura da Formação Geral Básica, conforme apresentada nos planos pedagógicos e orientações normativas da rede estadual de ensino.

A técnica utilizada será a análise de conteúdo temática, com o objetivo de identificar regularidades, silenciamentos, deslocamentos discursivos e estratégias de consagração simbólica que marcam a presença (ou ausência) da Sociologia nos materiais curriculares. As categorias de análise, definidas a priori e refinadas ao longo da leitura dos documentos, incluem: (i) concepção de conhecimento sociológico; (ii) abordagens pedagógicas predominantes; (iii) relações entre Sociologia e os demais componentes da área de Ciências

Humanas e Sociais Aplicadas; (iv) presença de conteúdos críticos e problematizadores; e (v) marcas de disputas políticas e epistemológicas.

Ao privilegiar a análise documental, a pesquisa reconhece que os textos curriculares e didáticos não são meras prescrições neutras, mas produtos sociais resultantes de correlações de força entre diferentes agentes do campo educacional. Assim, o estudo busca apreender como essas disputas se materializam nos documentos oficiais e nos materiais pedagógicos, influenciando a organização curricular da disciplina e o trabalho docente. Ao mesmo tempo, a investigação pretende oferecer uma leitura crítica sobre as condições de possibilidade da prática pedagógica emancipadora no atual contexto de contrarreforma educacional, marcada pela racionalidade gerencial, pela flexibilização curricular e pela mercantilização da educação.

A expectativa é que os resultados possam contribuir para o debate sobre o ensino de Sociologia no Ensino Médio, especialmente ao evidenciar como se operam os mecanismos de legitimação, exclusão e reconfiguração do saber sociológico no currículo escolar. Além disso, ao partir de uma abordagem situada, o estudo pretende oferecer subsídios empíricos e teóricos que fortaleçam a resistência docente e a elaboração de práticas curriculares mais democráticas, críticas e comprometidas com a formação cidadã dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida neste artigo sobre a inserção e a relevância do ensino de Ciências Sociais no currículo do Ensino Médio, com foco específico na trajetória da disciplina de Sociologia e nas dinâmicas recentes da reforma e contrarreforma do Novíssimo Ensino Médio no Ceará, revela a persistente natureza de “arena” que caracteriza este campo educacional. Inspirando-se na metáfora de Bourdieu (2001) do campo como espaço de disputas simbólicas e materiais, identifica-se a atuação de diferentes atores e agências, investidos de distintos capitais culturais, políticos e institucionais, que moldam ativamente a definição e implementação do currículo escolar. Essas disputas, por sua vez, têm impactos concretos na produção, seleção e uso de materiais didáticos, influenciando diretamente a experiência formativa dos estudantes.

Entre os desafios observados, destacam-se as influências de uma racionalidade tecnicista e utilitarista da educação, que orienta a BNCC e o Novo Ensino Médio, além da indefinição curricular da área de Ciências Humanas nos Itinerários Formativos. Tais fatores

enfraquecem o lugar da Sociologia como componente essencial à formação crítica e cidadã dos jovens. A limitação de carga horária, a centralidade em competências instrumentais e a valorização de saberes de aplicação imediata ao mercado de trabalho revelam um deslocamento de prioridades que compromete a autonomia e o sentido emancipatório da disciplina.

Ainda assim, a permanência da Sociologia no currículo, mesmo diante das reconfigurações e das resistências institucionais, pode ser interpretada como um sinal de resiliência e conquista da comunidade escolar. Educadores comprometidos com o valor intrínseco do conhecimento sociológico seguem atuando como agentes de resistência e reconstrução pedagógica, ao reconhecerem na Sociologia um instrumento fundamental para o desenvolvimento do pensamento crítico, da análise da realidade social e da participação cidadã.

A análise documental de materiais didáticos utilizados na rede estadual do Ceará – especialmente os livros do PNLD 2021 – aponta para um esvaziamento conceitual preocupante. As obras apresentam os temas de maneira superficial e simplificada, dificultando a construção de debates mais densos e conectados com a realidade dos estudantes. Essa limitação é agravada por um cenário de infraestrutura precária nas escolas: a ausência de bibliotecas atualizadas, laboratórios de Ciências Humanas e recursos tecnológicos voltados para o ensino das humanidades faz com que o livro didático se torne, muitas vezes, a única fonte de conteúdo disponível, o que contraria os princípios de diversidade metodológica defendidos pelo Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC).

No entanto, é preciso reconhecer os esforços realizados pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) na produção de materiais complementares, como cartilhas, fascículos temáticos e cadernos pedagógicos elaborados por coordenadorias internas. Essas iniciativas representam alternativas significativas ao material oficial do PNLD, ampliando o leque de possibilidades para o trabalho docente e fortalecendo o caráter formativo da disciplina.

Cabe destacar, também, que a forma como o livro didático é utilizado em sala de aula está profundamente ligada à concepção pedagógica do professor. Enquanto alguns o utilizam como um guia linear e cronológico, outros o ressignificam em diálogo com materiais próprios e experiências vivenciadas. Essa variação revela tanto a autonomia quanto os limites enfrentados pelos educadores diante de uma política educacional cada vez mais centralizadora e padronizada.

Em suma, o ensino de Sociologia no Ensino Médio configura-se como um campo dinâmico, marcado por disputas, tensões e possibilidades. Garantir seu espaço e sua relevância exige vigilância epistemológica, engajamento político e compromisso pedagógico por parte de professores, gestores e pesquisadores. Somente assim será possível consolidar um ensino que vá além da reprodução de conteúdo e contribua, efetivamente, para a formação de sujeitos críticos, conscientes e atuantes em uma sociedade cada vez mais complexa e desigual.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Educação e poder**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BODART, C. das N.; FEIJÓ, F. **CIÊNCIAS SOCIAIS NO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO**. Revista Espaço do Currículo, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 219–234, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2020v13n2.51194. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/51194> . Acesso em: 27 abr. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2001.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 2017.

CEARÁ. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Documento Curricular Referencial do Ceará**. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. - Fortaleza: SEDUC, 2021.

GIROUX, Henry A. **Professores como intelectuais: Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

LOPES, Francisco Willams; LIMA, Alexandre J. C. **Diretrizes curriculares estaduais no cenário pós-BNCC: o lugar dado aos conteúdos de Sociologia no ensino médio**. Disponível em: <https://www.sbs2021.sbsociologia.com.br>

JAKIMIU, Vanessa Campos de Lara; CARDOSO, Maria Auriene. **A contrarreforma do “Novo” Ensino Médio no estado do Ceará e a institucionalização da desigualdade de acesso ao conhecimento escolar**. Revista Educação e Emancipação, v. 17, n. 3, p. 476–491,

23 Dez 2024 Disponível em:

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/24118>.

Acesso em: 16 jun 2025.

YOUNG, Michael F.D. **O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas.** Revista Brasileira de Sociologia, [s. l.], v. 16, ed. 48, p. 609 - 623, set - dez 2011.

YOUNG, Michael. **O futuro do conhecimento na educação: novas perspectivas para o currículo.** São Paulo: Cortez, 2011.